

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA COMPARATIVA

Janaine de Sousa Pontes ¹

Daniele da Silva Ferreira Medeiros ²

Claudia Medeiros ³

Aline Bessa Veloso ⁴

Cláudia Aparecida Cavalheiro Francisco ⁵

Mariana Rodrigues de Almeida ⁶

RESUMO

Este resumo deverá ser o mesmo utilizado no formulário de submissão. O resumo simples caracteriza uma síntese do artigo produzido. Poderá apresentar as principais informações da pesquisa, e para isso, deverá ser formatado com base nas seguintes orientações: parágrafo único, de 200 a 300 palavras, texto justificado, regular, tamanho 11, espaçamento simples, sem referências bibliográficas, tabelas, gráficos, citações ou destaques de qualquer natureza. Nele devem constar: a síntese do trabalho, o referencial teórico-metodológico e os principais resultados. As palavras-chave devem conter de 3 (três) a 5 (cinco) termos, separados entre si por vírgula e finalizados por ponto. A evasão no ensino superior é um fenômeno complexo que afeta a qualificação da mão de obra e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Este estudo tem como objetivo analisar as principais diferenças regionais nas taxas de evasão, considerando fatores como infraestrutura educacional, condições socioeconômicas e políticas públicas do ensino superior. A pesquisa utiliza dados do Censo da Educação Superior, fornecidos pelo INEP, para comparar a evasão entre as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, observando variações entre instituições públicas e privadas, cursos presenciais e a distância, além da influência de programas de financiamento estudantil como FIES e Prouni durante o ano de 2023. Os resultados evidenciam que a taxa de evasão no ensino superior é influenciada por fatores regionais, exigindo políticas educacionais mais adaptadas às necessidades locais correspondente a cada ecossistema. Regiões com maior vulnerabilidade socioeconômica necessitam de medidas que ampliem o acesso e fortaleçam a permanência estudantil, como programas de assistência financeira, suporte acadêmico e estratégias de ensino flexíveis. Já em áreas mais desenvolvidas, a evasão pode estar mais associada a oportunidades de trabalho e desmotivação acadêmica, demandando iniciativas direcionadas para a integração entre estudo e mercado de trabalho. Assim, é fundamental que as políticas públicas sejam formuladas com base nas especificidades de cada região, garantindo uma educação superior mais inclusiva e sustentável.

Palavras-chave: Evasão no ensino superior, Permanência estudantil, Taxa de evasão, Estratégias, Políticas institucionais.

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, janaine.pontes.092@ufrn.edu.br

² Doutora pelo Curso de Geofísica Espacial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, d.s.f.medeiros@gmail.com;

³ Doutora pelo Curso de Geofísica Espacial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, ms.claudiamedeiros@gmail.com;

⁴ Doutora pelo Curso de Física da Universidade de Brasília - UNB, alineveloso@aebrn.br;

⁵ Doutora pelo Curso de Ciência e Engenharia de Petróleo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UF, claudia.cavalheiro@ufrn.br.

⁶ Professor orientador: Doutora, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - UFRN, almeidamariana.ufrn@gmail.com.



A evasão no ensino superior brasileiro constitui um problema público de alta relevância, com impactos diretos sobre a formação de capital humano, a equidade social e a eficiência do gasto educacional. Em países marcados por fortes assimetrias regionais e socioeconômicas, como o Brasil, o ingresso ampliado ao ensino superior não tem se convertido, com a mesma intensidade, em permanência e conclusão, produzindo custos privados e sociais expressivos. Nesse contexto, compreender o fenômeno da evasão requer articular dimensões acadêmicas, institucionais e estruturais, ultrapassando explicações centradas exclusivamente em características individuais dos estudantes. A literatura especializada é convergente ao indicar que trajetórias de desistência emergem da combinação entre vulnerabilidade econômica, desafios pedagógicos e desenho institucional, além de condições macroeconômicas que pressionam estudantes trabalhadores e de primeira geração universitária.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) oferece um caso analítico particularmente relevante para esse debate. Em 2023, a taxa de evasão institucional estimada pela modelagem Relação Ingressantes–Concluintes foi de 57,61%, valor inferior à média observada nas universidades públicas brasileiras (74,96%), mas ainda elevado quando considerado o objetivo sistêmico de promoção de acesso com sucesso acadêmico. A comparação entre o desempenho da UFRN e a tendência nacional permite qualificar o entendimento de semelhanças e diferenças na dinâmica de permanência, evidenciando tanto fatores compartilhados (como efeitos de renda, trabalho e disciplinas-gargalo) quanto especificidades locais (disparidades por campi, cursos e áreas de conhecimento).

No plano teórico, o presente estudo parte dos modelos clássicos de permanência estudantil, que enfatizam processos de integração acadêmica e social, e os atualiza à luz de evidências recentes sobre desigualdade e condicionantes socioeconômicos. Essa leitura ampliada sustenta que políticas institucionais são necessárias, mas sua efetividade depende de focalização, escala e governança por dados — com monitoramento de coortes, indicadores preditivos de risco e avaliação contínua de resultados. Ao mesmo tempo, o papel de currículos, metodologias de ensino e suporte pedagógico se mostra decisivo para reduzir reprovações recorrentes e tempo de



permanência sem titulação, elementos que se associam a maior probabilidade de abandono.

Diante desse quadro, este artigo tem por objetivo comparar a evasão da UFRN com o panorama nacional reportado pelo Censo da Educação Superior, examinar determinantes socioeconômicos e acadêmicos associados ao fenômeno e discutir implicações para o desenho de políticas de permanência. Especificamente, busca-se: (i) estimar e contrastar taxas de evasão em nível institucional e nacional; (ii) analisar heterogeneidades internas por curso, área e campus; e (iii) interpretar os achados à luz da literatura recente sobre permanência, assistência estudantil e eficácia de intervenções.

A principal contribuição do estudo é oferecer uma leitura integrada — teórica, empírica e aplicada — que conecta resultados quantitativos a condicionantes estruturais e institucionais, produzindo evidências úteis para a tomada de decisão. Ao articular análise comparativa com discussão de políticas, pretende-se subsidiar estratégias mais efetivas de permanência estudantil, com foco em perfis de maior risco e em instrumentos de comprovado impacto. Nesse sentido, o trabalho dialoga com agendas contemporâneas de equidade e eficiência, ao propor que ampliar conclusão, reduzir evasão e otimizar recursos não são objetivos concorrentes, mas dimensões complementares de uma mesma política acadêmica orientada por evidências.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, descritiva e comparativa, fundamentada na análise integrada de dados institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e de dados nacionais disponibilizados pelo Censo da Educação Superior. A escolha por uma abordagem quantitativa justifica-se pela necessidade de mensurar, comparar e interpretar as taxas de evasão em diferentes níveis — institucional e nacional — e compreender padrões, variações e tendências que caracterizam o fenômeno.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas complementares. A primeira consistiu na coleta e organização de dados secundários referentes aos ingressantes e concluintes da UFRN, obtidos por meio dos registros institucionais fornecidos pela Superintendência de Informática (SINFO) e pela Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). Esses dados foram estruturados de acordo com o modelo matemático da Relação Ingressantes–Concluintes, amplamente utilizado em estudos nacionais para



estimar taxas de evasão em séries temporais. O método considera a proporção de estudantes que ingressam em determinado período e o número de concluintes após o tempo regular esperado para cada curso, permitindo estimar a porcentagem de discentes que não concluíram suas trajetórias acadêmicas.

Na segunda etapa, realizou-se a extração dos dados nacionais a partir do Censo da Educação Superior 2023, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Foram selecionadas variáveis relacionadas à evasão, distribuição regional, modalidade de ensino, tipo de instituição, perfil dos estudantes e áreas de conhecimento. Essas informações foram utilizadas para estabelecer comparações diretas entre a taxa de evasão da UFRN e a média observada nas universidades públicas brasileiras, bem como para contextualizar o comportamento da evasão no país.

A terceira etapa envolveu a análise quantitativa e interpretativa dos dados, utilizando estatística descritiva (percentuais, distribuições e variações relativas) e comparação entre grupos. Para garantir consistência metodológica, os dados da UFRN e do Censo foram harmonizados quanto às definições de ingressantes, concluintes e matrículas ativas. Adicionalmente, realizou-se uma análise segmentada por curso, área de conhecimento e campus, a fim de identificar padrões internos de evasão e contrastá-los com tendências nacionais descritas pela literatura recente.

A análise foi conduzida de forma articulada ao referencial teórico, permitindo interpretar os padrões numéricos à luz de fatores socioeconômicos, acadêmicos e institucionais identificados em estudos contemporâneos sobre permanência estudantil. Essa abordagem possibilitou compreender não apenas as diferenças quantitativas entre a UFRN e o cenário nacional, mas também os condicionantes estruturais e contextuais que influenciam a evasão no ensino superior brasileiro.

Por fim, o estudo limita-se ao uso de dados secundários disponíveis em bases oficiais e institucionais, o que garante confiabilidade, mas não permite captar dimensões qualitativas relacionadas às experiências subjetivas dos estudantes. No entanto, essa limitação é compensada pela robustez das fontes de dados e pela capacidade do método comparativo de evidenciar padrões amplos e significativos, contribuindo para a compreensão global da evasão e para o planejamento de políticas institucionais de permanência.

REFERENCIAL TEÓRICO



A evasão no ensino superior é um fenômeno complexo e multifacetado, cuja compreensão exige uma análise integrada de modelos teóricos, determinantes socioeconômicos e estratégias institucionais. A literatura clássica oferece bases fundamentais, mas pesquisas recentes demonstram que a realidade brasileira demanda leituras ampliadas, capazes de incorporar desigualdades estruturais, condições econômicas e características institucionais específicas. Assim, este referencial teórico se organiza em três eixos centrais: (1) fundamentos conceituais e modelos explicativos da evasão; (2) determinantes socioeconômicos, acadêmicos e estruturais; e (3) políticas institucionais de permanência e seus impactos.

Fundamentos Conceituais e Modelos Teóricos da Evasão no Ensino Superior

O modelo de Tinto (2012) constitui um dos pilares da compreensão da evasão universitária ao propor que a permanência estudantil é resultado da integração acadêmica e social do estudante ao ambiente universitário. Segundo o autor, estudantes que desenvolvem vínculos acadêmicos e relacionais mais sólidos tendem a persistir até a conclusão do curso. Entretanto, pesquisas recentes argumentam que esse modelo, embora seminal, não é suficiente para explicar as taxas de evasão observadas em países como o Brasil, onde desigualdades socioeconômicas e territoriais têm grande influência sobre as trajetórias educacionais.

Silva Filho et al. (2007) já apontavam que o modelo de Tinto precisava ser reinterpretado à luz das condições de acesso e permanência brasileiras, destacando que a evasão também se relaciona com a insuficiência de políticas institucionais de apoio e com a dificuldade dos estudantes em conciliar estudos e trabalho. Estudos mais recentes aprofundam essa crítica. Cunha (2020) ressalta que, em contextos de vulnerabilidade, a integração social e acadêmica não se desenvolve da mesma forma que nos ambientes descritos por Tinto, uma vez que estudantes de baixa renda enfrentam barreiras objetivas, como deslocamentos longos, jornadas de trabalho extensas e carência de recursos básicos para estudar.

Essa visão ampliada é reforçada por Cruz e Bierhalz (2024), que demonstram que fatores emocionais e psicossociais — como estresse, ansiedade e sensação de não pertencimento — têm impacto significativo na evasão, especialmente quando associados à pressão financeira e ao baixo desempenho acadêmico. Assim, o modelo



clássico de integração ajuda a compreender parte do fenômeno, mas autores contemporâneos argumentam que é necessário articulá-lo a dimensões socioeconômicas e institucionais para explicar de forma mais adequada a evasão em países com profundas desigualdades sociais.

Determinantes Socioeconômicos, Acadêmicos e Estruturais da Evasão

A literatura nacional e internacional converge em apontar que fatores socioeconômicos desempenham papel central na decisão de permanecer ou abandonar o ensino superior. Finamor (2022), ao investigar ciclos econômicos e seus efeitos sobre estudantes brasileiros, demonstra que recessões aumentam significativamente a probabilidade de evasão, sobretudo entre estudantes trabalhadores, que precisam ampliar suas jornadas laborais e reduzir o tempo dedicado aos estudos. Essa análise dialoga diretamente com Lima, Oliveira e Santos (2023), que identificam que os custos indiretos da educação — transporte, alimentação, moradia e material acadêmico — são determinantes importantes da permanência ou desistência, principalmente em regiões de menor renda, como Norte e Nordeste.

Essas desigualdades regionais são amplamente documentadas pelo Censo da Educação Superior (INEP, 2023), que aponta que as maiores taxas de evasão do país se concentram nessas regiões, refletindo disparidades socioeconômicas históricas. Além disso, Zeidan et al. (2023), ao analisarem os efeitos da política de cotas, argumentam que, embora a democratização do acesso tenha sido ampliada, a permanência dos estudantes beneficiados ainda é limitada por vulnerabilidades econômicas e pela necessidade de conciliar estudo com trabalho. Tal evidência reforça que políticas de ingresso, apesar de essenciais, não garantem por si só a continuidade no ensino superior.

No campo acadêmico, fatores como reprovação sucessiva em disciplinas-gargalo, lacunas formativas advindas do ensino básico e currículos rígidos são destacados como determinantes da evasão. Cunha (2020) enfatiza que cursos das áreas de exatas e engenharias apresentam maiores índices de desistência devido à elevada complexidade curricular e ao déficit de preparação prévia dos estudantes. Essa heterogeneidade também se manifesta entre diferentes campi e modalidades de ensino. Campi fora das capitais, por exemplo, tendem a apresentar maiores taxas de evasão devido à menor oferta de serviços de apoio, como assistência estudantil, transporte e apoio psicossocial.



Dessa forma, os estudos dialogam no sentido de afirmar que a evasão é resultado da articulação entre vulnerabilidade econômica, desafios acadêmicos e desigualdades estruturais. Enquanto Tinto explica os mecanismos de integração e pertencimento, autores brasileiros atualizam o debate ao demonstrar que, em contextos desiguais, fatores materiais e estruturais têm peso equivalente — ou até superior — no risco de desistência.

Políticas Institucionais de Permanência: Evidências, Impactos e Limitações

Diante da complexidade da evasão, as universidades brasileiras têm desenvolvido políticas de permanência que buscam mitigar seus efeitos. Freitas e Silva & Sampaio (2022), em uma revisão sistemática sobre políticas de permanência em instituições públicas, identificam quatro eixos principais: auxílios financeiros (alimentação, moradia, transporte), apoio pedagógico (monitorias, nivelamento), apoio psicossocial (atendimento psicológico, grupos de apoio) e ações de integração institucional (acolhimento, tutoria e projetos de vida). Os autores argumentam que a efetividade dessas políticas depende não apenas de sua existência, mas de sua articulação e da capacidade da instituição de identificar perfis de estudantes em risco.

Barbosa, Veloso e Pinho (2022) reforçam que políticas isoladas apresentam impacto limitado. Segundo eles, programas de assistência estudantil têm efeito mais robusto quando combinados com ações acadêmicas — como reforço em disciplinas críticas — e com suporte psicossocial, especialmente para estudantes que enfrentam múltiplas vulnerabilidades. Essa perspectiva dialoga com Cruz e Bierhalz (2024), que destacam que a falta de acompanhamento psicopedagógico e a ausência de estratégias de acolhimento contribuem para a sensação de não pertencimento, intensificando o risco de evasão.

Outro elemento emergente na literatura é a importância da governança por dados. Instituições que utilizam painéis de acompanhamento, modelos preditivos de risco e indicadores de retenção e progressão acadêmica têm conseguido identificar mais precocemente padrões de vulnerabilidade. Freitas e Silva & Sampaio (2022) defendem que políticas de permanência devem ser continuamente avaliadas quanto ao seu impacto real — não apenas em termos de cobertura, mas de custo-efetividade e eficácia para diferentes perfis de estudantes.

Assim, os autores convergem ao afirmar que políticas de permanência bem estruturadas são fundamentais para reduzir a evasão, mas suas limitações estão



associadas à falta de integração entre setores institucionais, insuficiência de recursos e ausência de monitoramento sistemático. Nesse sentido, a literatura aponta para a necessidade de estratégias multiescalares que combinem apoio financeiro, pedagógico e psicossocial, articuladas a processos de gestão baseados em evidências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise quantitativa revelou que, em 2023, a UFRN apresentou uma taxa de evasão estimada em 57,61%, enquanto a média nacional das universidades públicas, conforme dados do Censo da Educação Superior, alcançou 74,96%. A diferença de aproximadamente 17 pontos percentuais sugere que, embora a evasão na UFRN seja elevada, seu desempenho relativo é mais favorável do que o observado em grande parte das instituições públicas brasileiras. Essa discrepância inicial já indica a presença de fatores institucionais moderadores, o que dialoga com estudos que destacam o papel das políticas de permanência e do suporte acadêmico na mitigação das desigualdades (Freitas e Silva & Sampaio, 2022).

Ao analisar os dados internos, observou-se que a evasão não se distribui de maneira uniforme entre os cursos e campi. As áreas de Ciências Exatas, Engenharia e Licenciaturas apresentaram índices mais elevados, confirmando o que apontam Cunha (2020) e Lima et al. (2023) sobre a relação entre exigência curricular, reprovação em disciplinas-gargalo e risco de abandono. Cursos com forte presença de pré-requisitos matemáticos e alta carga horária semanal foram os que mais concentraram casos de retenção prolongada e desistência. Por outro lado, cursos das áreas de Humanas e Saúde mantiveram taxas inferiores à média institucional, o que reforça a heterogeneidade interna e a necessidade de estratégias diferenciadas por área de conhecimento.

Os resultados também evidenciaram diferenças significativas entre campi. Os campi do interior apresentaram maiores taxas de evasão quando comparados ao campus central, especialmente nas licenciaturas e nos cursos com menor infraestrutura laboratorial e pedagógica. Essa disparidade pode ser explicada pela menor oferta de serviços de assistência estudantil nesses campi, como restaurante universitário, transporte e atendimento psicossocial, condição que dialoga diretamente com os achados de Cruz e Bierhalz (2024) sobre o impacto dos serviços institucionais na permanência discente.



No que se refere às variáveis socioeconômicas, a análise reforça o que a literatura aponta: estudantes trabalhadores, alunos de baixa renda e egressos da escola pública apresentaram maiores probabilidades de evasão. Essa relação fica evidente quando se observa a alta incidência de abandono entre estudantes que não receberam algum tipo de auxílio institucional. Esse dado confirma a tendência identificada por Finamor (2022), segundo a qual choques econômicos ou necessidade de ampliar a jornada laboral frequentemente resultam em abandono ou prolongamento excessivo da graduação.

Outro achado relevante diz respeito ao impacto das políticas de permanência. Os alunos contemplados com auxílios financeiros, monitorias acadêmicas e acompanhamento psicossocial apresentaram, consistentemente, menores taxas de desistência. Essa evidência confirma o argumento de Barbosa, Veloso e Pinho (2022), de que políticas combinadas — econômicas, pedagógicas e psicossociais — apresentam maior capacidade de retenção do que políticas isoladas. O uso articulado desses instrumentos parece contribuir para reduzir a evasão, especialmente entre estudantes de grupos mais vulneráveis.

A análise comparativa entre UFRN e cenário nacional indica ainda que parte da diferença pode estar relacionada ao grau de consolidação das políticas institucionais locais. Embora a UFRN ainda enfrente desafios expressivos, como a infraestrutura limitada em campi do interior e a alta evasão em áreas de difícil formação, seus mecanismos de apoio estudantil se mostram melhor estruturados em relação ao panorama nacional, refletindo em taxas menos alarmantes do que a média das universidades públicas.

Assim, os resultados corroboram a literatura recente ao demonstrar que a evasão é influenciada por fatores múltiplos e interdependentes: vulnerabilidade econômica, desafios acadêmicos, limitações institucionais e condições territoriais. Ao mesmo tempo, confirmam que políticas bem direcionadas e fundamentadas em evidências têm potencial para mitigar significativamente o fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo evidenciam que a evasão no ensino superior permanece como um dos maiores desafios das instituições públicas brasileiras, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e regionais. A comparação



entre a UFRN e a média nacional demonstra que, embora a universidade apresente indicadores menos críticos, sua taxa de evasão — 57,61% — ainda representa um quadro preocupante que exige atenção contínua, planejamento estratégico e aperfeiçoamento das políticas institucionais.

As análises confirmam que a evasão não decorre de um único fator, mas de um conjunto de determinantes que se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Questões como vulnerabilidade financeira, dificuldades de acompanhamento curricular, reprovações em disciplinas de base, ausência de suporte psicossocial e desafios de infraestrutura acadêmica compõem um cenário que limita a permanência e compromete a conclusão dos estudantes. Ao mesmo tempo, evidencia-se que políticas de assistência estudantil — quando integradas a apoio pedagógico e psicológico — desempenham papel fundamental na retenção discente, especialmente entre os grupos mais vulneráveis.

O estudo contribui para o campo científico ao oferecer uma análise comparativa robusta, articulando dados institucionais e nacionais, e dialogando com teorias contemporâneas sobre permanência e equidade educacional. Os resultados reforçam a necessidade de fortalecer políticas baseadas em evidências, ampliar mecanismos de acompanhamento e aperfeiçoar estratégias diferenciadas por perfil de estudante, curso e campus. Também sugerem a urgência de investimento em governança de dados, permitindo que instituições identifiquem precocemente estudantes em risco e intervenham de maneira mais eficaz.

Entre as perspectivas futuras de pesquisa, destaca-se a necessidade de estudos qualitativos que explorem as trajetórias, percepções e experiências dos estudantes em risco de evasão, bem como pesquisas longitudinais que avaliem o impacto de intervenções institucionais ao longo do tempo. Além disso, a expansão de análises por área de conhecimento e modalidade de ensino pode fortalecer o entendimento das especificidades formativas e contribuir para políticas mais precisas e contextualizadas.

Assim, espera-se que os resultados apresentados possam subsidiar gestores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas na compreensão do fenômeno da evasão e no desenvolvimento de estratégias capazes de promover maior equidade, eficiência e qualidade no ensino superior brasileiro.

AGRADECIMENTOS



A autora agradece à UFRN, à CAPES e ao CNPq pelo apoio institucional e pelo incentivo essencial à pesquisa e à produção científica no Brasil.

REFERÊNCIAS

FINAMOR, L. **Labor market conditions and college graduation: evidence from Brazil.** *Economics of Education Review*, v. 88, p. 1-15, 2022.

CUNHA, M. S. **Determinantes da evasão no ensino superior: uma análise da trajetória estudantil no Brasil.** *Avaliação*, v. 25, n. 1, p. 98-123, 2020.

CRUZ, L. S.; BIERHALZ, C. D. K. **Fatores associados à evasão e permanência no ensino superior: desigualdades e vulnerabilidades estudantis.** *Meta: Avaliação*, v. 16, n. 48, p. 1-19, 2024.

FREITAS E SILVA, P. T.; SAMPAIO, L. **Políticas de permanência estudantil no Brasil: revisão sistemática e análise crítica.** *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 2, p. 230-254, 2022.

BARBOSA, J.; VELOSO, A.; PINHO, R. **Políticas de permanência estudantil nas universidades federais: desafios e impactos na trajetória acadêmica.** *Educação e Sociedade*, v. 43, p. 1-20, 2022.

LIMA, R.; OLIVEIRA, T.; SANTOS, A. **Perfil discente, desigualdades regionais e permanência universitária: evidências brasileiras.** *Revista Brasileira de Estudos Educacionais*, v. 18, n. 2, p. 45-62, 2023.

ZEIDAN, R. et al. **Racial and income-based affirmative action in higher education admissions: lessons from the Brazilian experience.** *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 210, p. 1-17, 2023.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. **A evasão no ensino superior brasileiro: um estudo sobre causas e consequências.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

TINTO, V. **Completing College: Rethinking Institutional Action.** Chicago: University of Chicago Press, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 10 nov. 2025.

